

# **A memória histórica enquanto tecnologia. Estado Novo, desenvolvimento e democracia**

João Paulo Avelãs Nunes  
(FLUC e CEIS20 da UC)

## **Introdução**

É hoje consensual entre os cientistas sociais em geral e, em particular, no seio dos historiadores, a conclusão de que as sociedades humanas — com destaque para as que se estruturam de acordo com as modalidades típicas da contemporaneidade — e, nestas, as organizações e os indivíduos criam necessariamente discurso(s) identitário(s) e memória(s) histórica(s). As diferenças estarão, pois, nos graus de consciência e nos níveis de vinculação ideológica que caracterizam as leituras em causa; nas consequências das mesmas para a evolução das pessoas, das organizações e dos países.

Considera-se, também, que a(s) identidade(s) cultural(ais) e a(s) memória(s) histórica(s) decorrem da influência de inúmeros vectores, com destaque para o sistema de investigação e divulgação científica, ensino e formação; para as narrativas do senso comum e os *mass media*; para o património cultural e a museologia; para os rituais cívicos e a cultura organizacional. Dada a sua especificidade e particular complexidade, optou-se por não observar neste trabalho o contributo da produção artística (literatura, teatro, cinema, pintura, escultura, etc.).

Visa-se, assim, no presente texto, analisar o modo como o Portugal actual se define e caracteriza tendo em conta a(s) memória(s) vigente(s) acerca do Estado Novo. Referem-se, para o efeito, a produção e a divulgação historiográficas; as políticas arquivísticas; os conteúdos programáticos de História nos Ensinos Básico, Secundário e Superior; as iniciativas expositivas/museológicas e patrimoniais relativas às décadas de 1930 a 1970; a gestão da identidade de algumas instituições e organizações particularmente significativas; a actividade da comunicação social enquanto meio(s) de divulgação de apreciações várias acerca do “fascismo luso”; o discurso político-ideológico. Pretende-se, ainda, comparar a forma como entre nós, em Espanha e na

Alemanha tem sido construída a relação com a memória dos respectivos períodos ditatoriais.

Parte-se da hipótese de que, através dos cientistas sociais e de outros intelectuais (nacionais e estrangeiros), depois do 25 de Abril de 1974 Portugal começou a gerar e a tomar conhecimento de discursos científicos e tecnológicos diversos e, no essencial, objectivantes sobre a Ditadura Militar, o salazarismo e o marcelismo; a história da historiografia, as “políticas de memória” e a problemática da(s) identidade(s). Defende-se, igualmente, que o Estado e a “sociedade civil” não têm procurado rentabilizar a informação e as perspectivas de análise disponíveis acerca dos anos trinta a setenta do século XX — da época Contemporânea em geral — em favor de um reforço da capacidade de compreensão e de intervenção operatórias na realidade envolvente por parte da generalidade das instituições públicas, das organizações privadas e dos cidadãos. Daí resultam mais alienação e absentismo social, menor desenvolvimento económico e uma democracia menos consolidada.

No que concerne ao sistema de ensino português, a muito limitada presença curricular da História (no nível básico mas, sobretudo, nos níveis secundário e superior), a precariedade da formação inicial e contínua dos professores, o carácter esporádico das vertentes extra-lectiva e extra-curricular — desvalorizadas ou, mesmo, penalizadas pela tutela —, a escassez de incentivos à generalização das “boas práticas” (em termos de avaliação de desempenho e de estatuto de carreira) levariam a que a maioria dos estudantes não adquira conhecimentos, competências e motivação suficientes nos âmbitos em apreço.

Para além de pouco numerosas, as actividades expositivas, museológicas ou patrimoniais dedicadas à história política recente assumiriam, sobretudo, um pendor ideológico (judicativo ou descritivo). A quase totalidade das instituições e das organizações optaria por omitir o seu passado ou por apresentá-lo de forma laudatória, utilizando um discurso aparentemente “neutro” (“não histórico” e “apolítico”) e/ou vedando o acesso aos respectivos arquivos. Por sua vez, os *mass media* e a “comunicação política” privilegiariam “conteúdos de entretenimento” ou adoptariam

face à interpretação do Estado Novo e do imediato pós-25 de Abril de 1974 um registo judicativo e redutor<sup>1</sup>.

### **Produção historiográfica e memória do Estado Novo**

Mau grado o atraso acumulado durante o próprio regime ditatorial — que no essencial proibiu a investigação em história contemporânea — e apesar da limitação relativa de recursos disponibilizados no Portugal democrático para o desenvolvimento das ciências e das tecnologias sociais, desde 25 de Abril de 1974 começou entre nós a ser produzido discurso historiográfico objectivante sobre a Monarquia Constitucional e a Primeira República, a Ditadura Militar e o Estado Novo. Em termos quantitativos e qualitativos, no que concerne ao pluralismo científico-ideológico e teórico-metodológico, relativamente aos contactos com outras ciências sociais e com historiografias de outros países, a oferta existente poderia contribuir significativamente para a estruturação de uma memória histórica desalienante.

Considerando, apenas, investigadores portugueses mais conceituados, invocamos, entre outros, os contributos de A.H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, Miriam Halpern Pereira e João Medina, Fernando Catroga e Amadeu Carvalho Homem, Manuel de Lucena e Fernando Rosas, Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, António Manuel Hespanha e Luís Reis Torgal, Vasco Pulido Valente e Maria de Fátima Bonifácio, Jaime Reis e Pedro Lains, José Maria Brandão de Brito e Fátima Patriarca, Nuno Valério e Jorge Fernandes Alves, José Luís Cardoso e Hélder Adegar da Fonseca, Rui Ramos e Irene Flunser Pimentel.

Caso se concorde com esta avaliação, como explicar a óbvia incapacidade da historiografia para influenciar marcadamente a memória histórica vivenciada hoje pela grande maioria dos portugueses? Deixando para mais tarde a apreciação do contributo dos subsistemas de ensino básico, secundário, é habitual atribuir a responsabilidade, quer ao sistema de investigação e de ensino superior no seu conjunto (o qual seria afectado pelos síndromas da “ultra-especialização” e da “torre de marfim”), quer à indisponibilidade dos investigadores para utilizar uma linguagem acessível aos não especialistas e para se envolver em actividades de divulgação científica.

---

<sup>1</sup> Cfr., nomeadamente, J.M. André, 2012; F. Catroga, 2001; J.M. Pais, 1999; F. Rosas, 1994; A. Sen, 2007.

A ter validade parcial, a justificação em causa é, no entanto, redutora, escamoteando as limitações fundamentais. O principal obstáculo estará na incapacidade e/ou na recusa do Estado e da “sociedade civil” portugueses de incorporarem leituras no essencial problematizadoras e complexificantes, comparativas e teoricamente estruturadas. Narrativas que recusam as tradicionais apreciações judicativas (muitas vezes maniqueístas) e que dificultam a respectiva instrumentalização ideológica (com ou sem a sistematicidade e a aparente indiscutibilidade dos cientismos).

Dito de outra forma, o que inviabilizaria o mais amplo — ou o pleno — aproveitamento da qualidade científica da actual produção historiográfica para a estruturação de uma memória histórica operatória sobre a Ditadura Militar e o Estado Novo seria o facto de, no essencial, a comunidade científica se reger desde o Golpe Militar/a Revolução de 25 de Abril de 1974 por um determinado paradigma epistemológico (o paradigma neo-moderno), enquanto no Estado e na “sociedade civil” seriam hegemónicos outros horizontes epistemológicos (o paradigma moderno ou o paradigma pós-moderno). Pressupostos e objectivos diferentes implicam, pois, enormes dificuldades de comunicação.

Se, na qualidade de profissionais, os historiadores têm a responsabilidade de investir na divulgação e na rentabilização social do conhecimento objectivante — científico e tecnológico — que produzem, as decisões fundamentais cabem, no entanto, ao Estado e à “sociedade civil”. Só o poder político, as instituições públicas, as organizações privadas e os cidadãos podem decidir aceder a e cooptar aquele tipo de leituras porque as consideram fundamentais para a construção de uma memória histórica diferente, que contribua para o atingir de um conhecimento mais aprofundado da realidade e para uma intervenção (pessoal, económica e cívica) menos ineficaz, injusta e insustentável.

Tendo relevância em qualquer sociedade contemporânea, este tipo de escolha ganha particular importância em países de desenvolvimento intermédio, com regimes democráticos e integrados em entidades políticas plurinacionais como a União Europeia. A precariedade dos níveis de desenvolvimento tornam particularmente decisiva a qualidade das opções concretizadas; as características específicas da democracia exigem participação informada e não sectária por parte da generalidade dos cidadãos; a complexidade de uma entidade como a União Europeia e das relações da

mesma com o resto do Mundo só pode ser decodificada por actores sociais conhecedores de uma memória histórica de matriz sobretudo científica<sup>2</sup>.

### **Política de arquivos e (des)memória do Estado Novo**

Depois da instauração do regime democrático em Portugal, nos planos do discurso político, da legislação em vigor e da prática institucional, a documentação de arquivo das entidades públicas do Estado Novo teria passado a estar acessível aos investigadores e à população em geral. Garantir-se-ia, assim, uma das condições nucleares para o desenvolvimento, tanto da produção historiográfica influenciada pelos pressupostos da “nova história”, como, mais indirectamente, de uma memória histórica objectivante sobre o regime ditatorial vigente entre 1926 e 1974. Se esta afirmação fosse plenamente adequada à realidade porquê a utilização da expressão “(des)memória do Estado Novo”?

Em primeiro lugar porque o próprio fascismo luso, ao longo de toda a sua existência, estabeleceu uma relação particularmente defensiva com a documentação de arquivo. Muitas vezes, os processos de decisão e as opções relativos às questões mais comprometedoras em termos internos e/ou externos nunca foram fixados por escrito. Quase sempre, os arquivos dos detentores de cargos políticos e de altos funcionários da administração pública foram encarados como espólios privados e levados pelos próprios quando terminavam funções. António de Oliveira Salazar e Marcello Caetano (Presidentes do Conselho e “Chefes” da Ditadura) seriam excepções que confirmariam a regra.

Aleatória ou deliberadamente, a falta de recursos e a incúria dos responsáveis implicou a destruição ou o desaparecimento de múltiplos núcleos documentais públicos ainda durante a vigência do regime. De forma cirúrgica e visando precisamente condicionar, por um lado as relações diplomáticas, por outro a futura construção de discursos historiográficos, várias comissões mais ou menos secretas concretizaram operações de destruição de documentos tidos como perigosos para a Ditadura (entre outros, na Presidência do Conselho de Ministros, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Ministério das Finanças).

---

<sup>2</sup> Cfr., entre outros, G. Bourdè, 1990; A.C. Pinto, 1992; A.C. Pinto, 2000.

Num segundo tempo, porque mesmo depois do 25 de Abril de 1974 a precariedade das condições de armazenamento e a ausência de catalogação continuaram, demasiadas vezes, a redundar na delapidação ou na impossibilidade de acesso a sucessivos núcleos documentais públicos. Mais complexa, ainda, é a situação dos arquivos e espólios privados. Não só a legislação não obriga a que os mesmos sejam disponibilizados aos estudiosos e à população em geral — e provavelmente não pode impô-lo —, como o Estado não tem promovido incentivos para que tal aconteça em larga escala (possibilidade de acolhimento de documentação privada em arquivos públicos, apoio técnico público à criação de arquivos privados, mecenato cultural, etc.).

Finalmente, no que à história e à memória do Estado Novo diz respeito, a possibilidade de consulta livre dos arquivos de determinadas organizações revelar-se-ia muito importante. Algumas dessas entidades privadas são, precisamente, as que estabeleceram modalidades mais rígidas de acesso. Lembramos, antes de mais, a Igreja e a Acção Católica Portuguesa; os partidos políticos clandestinos; os sindicatos, as ordens e as associações patronais; os grandes grupos empresariais; os órgãos de comunicação social; os maiores clubes desportivos.

Mesmo que a lei o não determine nem deva determinar, em termos cívicos e num regime democrático não deixa de ser revelador o facto de organizações com a dimensão e a centralidade das citadas se recusarem a colaborar na produção de leituras historiográficas objectivantes, na estruturação de uma memória histórica desalienante. Isto é, confirmar-se-ia que parcelas substanciais da “sociedade civil” portuguesa continuam a encarar a “nova história” como uma ameaça e a preferir, tanto o silêncio acerca da respectiva evolução durante o Estado Novo, como discursos auto-controlados e literalmente laudatórios<sup>3</sup>.

### **Ensino da História e memória social do Estado Novo**

Face ao papel nuclear do ensino não superior na divulgação da historiografia em geral e na configuração das memórias históricas, a presença, logo desde o pós-25 de Abril de 1974, de conteúdos programáticos e de sugestões de actividades (lectivas e extra-lectivas) sobre o Estado Novo nos programas, nos manuais e em outros recursos didácticos, nas modalidades de avaliação externa das disciplinas da área da história,

---

<sup>3</sup> Cfr., entre outros, *História*, 1995; J.P.A. Nunes, 2003/2004.

pareceriam resolver, em grande parte, o problema da generalização de leituras operatórias acerca daquele período da história contemporânea de Portugal. Tal situação ocorreria, por um lado, nos 1º, 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico; por outro, em algumas das variantes do Ensino Secundário.

Uma vez mais, o problema está na enorme diferença verificável entre as proclamações político-legislativas, as declarações e as normas institucionais ou organizacionais e os comportamentos efectivamente ocorridos nas escolas. Em teoria, para além dos aspectos curriculares e docentes já referidos, haveria, ainda, que contar com o reforço garantido pela maior facilidade de acesso a dados empíricos e à análise dos mesmos (*mass media* e novas tecnologias da informação); pelas normas integrantes da Constituição e da Lei de Bases do Sistema Educativo; pelos documentos emanados da UNESCO, do Conselho da Europa e da União Europeia; pelas directrizes do Ministério da tutela e pelos documentos das diversas reformas curriculares; pelos pareceres do Conselho Nacional de Educação e pelas tomadas de posição da Associação de Professores de História; pelas intervenções dos sindicatos de professores e das associações de pais.

A vida real nas escolas é, no entanto, muitas vezes, radicalmente diferente. Começaríamos pelo peso curricular dos módulos e da disciplina de História no Ensino Básico (estudantes até aos 14/15 anos), que tem vindo a diminuir nas últimas três décadas. Daí decorre a redução do tempo disponível para trabalhar a temática do Estado Novo e as questões associáveis. No Ensino Secundário (estudantes até aos 17/18 anos), na variante de Prosseguimento de Estudos, disciplinas da área da história são obrigatórias no Curso de Línguas e Humanidades, facultativas — e menos escolhidas — nos Cursos de Ciências Socioeconómicas e de Artes Visuais, inexistentes no Curso de Ciências e Tecnologia. O panorama no Ensino Superior é ainda mais desolador.

Convergentemente com estes bloqueios estruturais, deparamos com a muitas vezes insuficiente formação inicial e contínua dos professores de História, antes de mais no que concerne ao período contemporâneo e às componentes epistemológica e teórica. Observa-se, igualmente, que a “sociedade civil”, Direcções de estabelecimentos de ensino (privados mas também públicos), encarregados de educação, estudantes e professores tendem a encarar a história recente e a história do tempo presente como

territórios de “menor dignidade académica”, palco de debate ideológico mais do que de divulgação científica.

Pressionando nesse mesmo sentido está a crescente desvalorização — ou, mesmo, hostilização — das actividades extra-lectivas e extra-curriculares por sucessivas equipas responsáveis pela condução do Ministério da tutela. Fazem-no através da definição dos deveres funcionais dos professores em sede de Estatuto da Carreira, do quase ignorar dessas actividades nos critérios da avaliação de desempenho, das regras para a elaboração dos horários, da redução dos apoios financeiros indispensáveis à concretização das iniciativas em causa. Fazem-no, também, por intermédio da escassez de incentivos à generalização das “boas práticas” em âmbitos como o Estatuto da Carreira, a avaliação de desempenho, a avaliação dos projectos concretizados com o apoio de programas da União Europeia, a divulgação das experiências mais qualificadas.

Quando ponderamos todos estes vectores, poderemos chegar à conclusão de que, provavelmente, o ensino não superior português do pós-25 de Abril de 1974 só em casos minoritários se afirma como um agente eficaz de divulgação da actual produção historiográfica sobre a Ditadura Militar e o Estado Novo, de reestruturação da memória histórica socialmente dominante acerca desses quarenta e oito anos de regimes ditatoriais. A reacção negativa ou a resistência passiva de muitos docentes de História a quaisquer tentativas de alterar as rotinas implantadas com o objectivo de superar a situação explicitada seriam mais um indicador da validade do diagnóstico proposto<sup>4</sup>.

### **Museologia e quase ausência de memória do Estado Novo**

Devido a uma crónica escassez de recursos e a uma também continuada indefinição de “vontade política” — no Estado e na “sociedade civil” —, a relação de Portugal com a museologia (com os monumentos, os museus e as exposições) é, desde o século XIX, marcada por tendências contraditórias: reconhecimento da importância estratégica da referida tecnologia numa sociedade contemporânea (internamente e perante o exterior), empenho na sua instrumentalização, elitismo em termos de divulgação e acesso, conservadorismo no que concerne à noção de património cultural subjacente e aos discursos expositivos utilizados, presença simultânea de práticas

---

<sup>4</sup> Cfr., entre outros, J.P.A. Nunes, 1999; J.P.A. Nunes, 2007; M. Roberts, 2004.



associáveis à museologia tradicional (dominante), à nova museologia (a partir dos anos sessenta do século XX) e à museologia pós-moderna (na década de 1990 e seguintes).

Se correlacionarmos a indefinição descrita com a vigência de um regime de tipo fascista e tendencialmente totalitário até meados da década de 1970, compreenderemos melhor a escassa presença entre nós de actividades expositivas, de museus e de monumentos sobre a realidade político-ideológica na época contemporânea em geral e, em particular, durante o Estado Novo. Enquanto instrumentos de grande eficácia na divulgação e legitimação de discursos identitários e de memórias históricas — mas, também, de grande exigência intelectual e de elevada polemicidade —, as exposições, os museus e os monumentos não foram utilizados pela ditadura para se caracterizar directamente. Optou quase sempre por o fazer indirectamente, através de discursos e silêncios sobretudo ideológicos “acerca do passado”.

No seguimento do Golpe Militar/da Revolução de 25 de Abril de 1974 e da afirmação da nova museologia como corrente mais sofisticada e operatória de estruturação da actividade expositiva, museológica e de gestão de monumentos, as dificuldades de relacionamento com a memória relativa ao político-ideológico parecem ter-se agravado. Efectivamente, aquela corrente pressupõe que a relação com o património cultural (em sentido muito ampliado) se concretize como esforço de divulgação de leituras científicas — objectivantes e problematizantes — sobre a realidade, utilizando para o efeito múltiplas soluções comunicacionais e valências estéticas, implicando a captação do interesse ou da participação da comunidade envolvente.

Tendo deixado de existir, com a nova museologia, uma incompatibilidade entre a noção de património cultural (de bens imateriais e materiais, móveis, imóveis e integrados musealizáveis e monumentalizáveis) e os vestígios sobreviventes da actividade político-ideológica contemporânea, como explicar a reprodução ou o agravar desse distanciamento? Como justificar a continuação dessa fobia quando em Portugal ocorreram rupturas político-institucionais — o regime democrático decorreu do derrube da ditadura — e científico-culturais (do historicismo neo-metódico à nova história, de uma noção restritiva a uma noção ampla de património cultural, da museologia tradicional à nova museologia).

Provavelmente, estar-se-á face a mais um exemplo de recusa do Estado e da “sociedade civil” de utilizarem as potencialidades da nova história, do novo património cultural e da nova museologia para divulgar leituras científicas actualizadas sobre a Primeira República, a Ditadura Militar e o Estado Novo, o período revolucionário de 1974-1976 e o Regime Democrático. Consciente ou inconscientemente, mesmo em democracia, parecemos preferir os discursos mistificadores e as polémicas estéreis — uma memória histórica duplamente opaca — a um esforço de conhecimento que viabilize escolhas futuras sustentáveis.

Correndo, embora, o risco de esquecer iniciativas relevantes no âmbito considerado, evocamos aqui, enquanto exemplos de actividades expositivas, museológicas ou monumentais mais ou menos objectivantes sobre o Estado Novo, o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, o movimento cívico Não Apaguem a Memória, o Núcleo da Resistência Antifascista do Museu Municipal de Peniche (Fortaleza de Peniche), exposições e catálogos organizados pelo Partido Comunista Português, a exposição e o catálogo promovidos pela Presidência da República aquando dos 25 anos do 25 de Abril de 1974, as exposições e os catálogos generalistas da responsabilidade da ou apoiados pela Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República<sup>5</sup>.

### ***Mass media, cultura de massas e memória revista do Estado Novo***

No que concerne ao papel da comunicação social na divulgação científica e na promoção do debate cultural acerca da história recente de Portugal, talvez seja possível considerar que estamos perante uma actuação dualista. Um segmento minoritário dos *mass media*, através vectores dedicados à intervenção junto de públicos específicos e restritos, tem procurado tornar acessíveis leituras estruturadas — historiográficas, sociológicas, jornalísticas — sobre o Estado Novo e os regimes fascistas em geral. Dentro do que seria expectável, respeitando níveis mais ou menos elevados de pluralismo, cada órgão de comunicação social tem privilegiado narrativas sobretudo influenciadas por uma determinada perspectiva ideológica.

---

<sup>5</sup> Cfr., nomeadamente, *Liberdade e cidadania* [...], 1999; *Partido Comunista Português* [...], 1982; L. Raposo, 1995; L. Raposo, 2003; *Resistência* [...], 2010; *Respublica (1820-1926)* [...], 2010; P. Vego, 1989; *Viva a República (1910-1926)*, 2010.

Em sentido inverso, a maioria dos *mass media* e a quase totalidade dos formatos destinados aos “grande público” apostam no “entretenimento”, sendo este conceito sinónimo de cultura de massas. Ou seja, verificar-se-ia uma hegemonia de programas que, por um lado, ignoram a história — a historiografia, o questionamento da memória e da identidade históricas — e promovem uma relação exclusiva com o horizonte do “presente contínuo” (expressão de Eric Hobsbawm); por outro, utilizam conteúdos “sobre o passado” numa lógica de senso comum ou em situação de mistura inorgânica com dados e interpretações relativos a múltiplas outras temáticas. Quase sempre, as leituras historiográficas explícita ou implicitamente presentes remetem para o historicismo neo-metódico e para o revisionismo ou o negacionismo face ao Estado Novo.

Relativamente às novas tecnologias da informação, aos “novos *media*” e à utilização que deles é feita, arrisco considerar que o avassalador aumento da quantidade de conteúdos disponibilizados sobre história — de dados, de análise, de opinião, de actividades — não tem resultado num reforço significativo de um conhecimento objectivante sobre o Estado Novo nem numa renovação desalienante da memória histórica acerca daquele período e do correspondente regime político. Para além do escasso empenhamento no acesso aos conteúdos em causa, convém lembrar a limitada qualidade de muitos deles (in correcções, lógica valorativa, explicações redutoras) e a necessidade de apoio para descodificação, contextualização e comparação dos mesmos.

Apesar do carácter relativamente aberto da historiografia enquanto saber científico, é de muito baixa intensidade o debate existente entre nós sobre o Estado Novo e a memória histórica a ele associada, acerca das respectivas “análises técnicas” — historiográficas e sociológicas, económicas e antropológicas, do direito constitucional e da ciência política, das relações internacionais, etc. — e das correspondentes reflexões filosófico-culturais. Uma tal conclusão seria válida, quer para os *mass media*, quer mesmo para as publicações e as iniciativas especializadas em história contemporânea.

Quando se aposta assumidamente numa lógica de produção de cultura de massas enquanto estratégia de sucesso empresarial e/ou de controlo ideológico, os meios a utilizar e os objectivos a atingir não podem ser a divulgação científica (associada à cultura erudita) e o desafiar do público em geral através de produtos comunicacionais

intelectualmente exigentes e desafiantes; a estruturação de uma memória histórica problematizadora e complexa. Visa-se satisfazer instintos básicos da maioria da população recorrendo, para o efeito, a estímulos simples que correspondam aos valores e hábitos quantitativamente dominantes na mundividência da comunidade em apreço. Assim é possível conceber um concurso televisivo onde se escolhe “a personalidade mais importante” da nossa história e onde a escolha recai em António de Oliveira Salazar.

É hoje verificável que as novas tecnologias da informação e os “novos *media*” constituem, muitas vezes, em regimes ditatoriais, uma das únicas vias de acesso a leituras historiográficas — ou outras — objectivantes sobre realidades sociais passadas e/ou presentes. Eventualmente em sentido inverso, em sistemas políticos democráticos ou demoliberais, esses mesmos vectores são, por vezes, utilizados por indivíduos, organizações e instituições empenhados na divulgação de narrativas revisionistas e negacionistas “sobre o passado”, antes de mais sobre experiências políticas autoritárias e totalitárias. Entre nós, o exemplo mais frequente é o de interpretações sobre a Ditadura Militar e o Estado Novo. Exigem, assim, o mesmo tipo acompanhamento crítico dos *mass media* tradicionais<sup>6</sup>.

### **Cultura organizacional e negacionismo do Estado Novo**

Tendo em conta a sua longevidade, muitas instituições e organizações portuguesas concretizaram e mantêm actividade enquadradas por diferentes regimes políticos, nomeadamente, a Monarquia Constitucional nas versões liberal conservadora e demoliberal, a Primeira República demoliberal, a Ditadura Militar autoritária, o Estado Novo totalitário, a democracia. Conjugando essa longa duração com o carácter endémico de hábitos de elitismo e opacidade ou secretismo por parte da generalidade das entidades em causa, deparamo-nos quase sempre com culturas organizacionais revisionistas ou, mesmo, negacionistas face a si próprias e, sobretudo, ao Estado Novo.

Um tal balanço seria tanto mais válido quanto, em muitos casos, se oculta ou se ignora, quer a noção de cultura organizacional, quer a natureza não neutra (natural ou inevitável) do relacionamento de cada uma das instituições e organizações com o regime fascista português. Quando muitos dos hoje eleitos para o desempenho de

---

<sup>6</sup> Cfr., entre outros, E. Hobsbawm, 1996; J.P.A. Nunes, 1995; M.L.L. Santos, 1989.

funções públicas optam por ignorar esses dilemas ou por defender as virtudes de um “dever do silêncio”; quando a “opinião pública”, emersa no “presente contínuo”, considera irrelevante conhecer o passado recente em geral e, conseqüentemente, a evolução de instituições e organizações concretas ao longo do século XX.

Dito de outra forma, considera-se que, no Portugal democrático, a maioria das instituições públicas e das organizações cultiva, muito ou pouco conscientemente, uma cultura organizacional segundo a qual o estudo e a divulgação de informação/de análises sobre etapas anteriores são instrumentos totalmente manipuláveis, são irrelevantes ou são perigosos. Muitos dos eleitos para funções públicas corroboram esta perspectiva de correlacionamento entre cultura organizacional e investigação em ciências sociais. O essencial da “opinião pública” apoia a lógica em causa ou ignora a possibilidade de existência de posturas diferentes.

Estruturas do aparelho de Estado — as Forças Armadas e as polícias, o sistema judicial e o sistema de investigação/educação/formação, o sistema de saúde e o sistema de segurança social —, autarquias e fundações, a Igreja e a “acção católica”, associações patronais e sindicatos, associações de profissionais liberais e empresas, colectividades e individualidades tendem a apresentar a respectiva relação com “o passado” em geral e com o período do Estado Novo em particular como uma sucessão de iniciativas gloriosas, de contributos a-ideológicos para a sua própria valorização e para “o engrandecimento da Pátria ou da Civilização Ocidental”.

Na cultura organizacional hegemónica entre nós, “o passado” é linear e civicamente neutro. Não existem regimes políticos nem escolhas ideológicas, havendo, apenas, poderes e universos de subordinados, boas e más opções, maior ou menor grandeza dos indivíduos com funções de liderança. Insistir em apresentar a realidade humana como uma sucessão de conflitos de interesses e de modalidades divergentes de organização política, de opções e correspondentes responsabilidades, equivale a destruir a coesão organizacional e a unidade nacional, a procurar impor “leituras sectárias” de questões que seriam apenas “técnicas”.

A título de ilustração, podem referir-se, entre muitas outras situações, o facto de as Forças Armadas portuguesas continuarem a referir-se formalmente aos conflitos militares ocorridos em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique nas décadas de 1960 e 1970 como “Campanhas de Pacificação”; o modo como a Igreja Católica omite ou

branqueia a sua relação estruturante com o Estado Novo; a renitência do Banco de Portugal e a recusa do Banco Espírito Santo em permitir a consulta livre de documentação relativa ao período da Segunda Guerra Mundial; o projecto da Câmara Municipal de Santa Comba Dão de criação de uma Casa Museu António de Oliveira Salazar; a relação do Instituto Superior Técnico com a memória do Eng. Duarte Pacheco e do Eng. José Ferreira Dias<sup>7</sup>.

### **Discurso político e instrumentalização da memória do Estado Novo**

Partindo-se do pressuposto de que o político não é nem deve depender, em termos de legitimidade e das escolhas assumidas, tanto da ciência e da tecnologia como da manipulação de instintos básicos — caracterização redutora do que significariam os paradigmas moderno e pós-moderno —, defende-se que, em democracia, as sociedades são mais eficazes e justas quando procuram correlacionar debates cívico-ideológicos e conhecimentos científico-tecnológicos (paradigma neo-moderno). A reconstituição e a análise objectivantes do passado recente do nosso país — do Estado Novo — poderiam, assim, influenciar mais significativamente o discurso político-institucional e político-organizacional.

Contrariamente ao proposto neste texto, observa-se que, em momentos comemorativos e face a situações concretas de luta política, as narrativas ideológicas ignoram, no essencial, a produção historiográfica acerca da Ditadura Militar, do salazarismo e do marcelismo. Opta-se, quase sempre, por uma utilização meramente instrumental de referências retóricas associáveis ao Estado Novo, valorativas e que fundamentariam determinadas escolhas coevas. Se um tal comportamento é gerador de alienação e de quebra de confiança na historiografia e em outras ciências sociais quando é protagonizado por entidades da “sociedade civil” (partidos políticos, sindicatos, associações patronais, Igreja Católica, etc.), as respectivas implicações tornam-se mais graves quando se trata de detentores de funções públicas (Presidente da República e Presidente da Assembleia da República, Primeiro Ministro e outros membros do Governo, etc.).

Ou seja, as leituras políticas geradas em Portugal sobre o período que decorreu entre 1926 e 1974 terão contribuído muito pouco para a estruturação de uma memória

---

<sup>7</sup> Cfr., nomeadamente, A.R. Amaro, 1993; J.M.A. Mendes, 1992; J.P.A. Nunes, 2010.

histórica desalienante acerca do Estado Novo em si mesmo, do correlacionamento com a Primeira República e com o pós-25 de Abril de 1974, da comparação com outros regimes ditatoriais — autoritários e totalitários — de direita e de esquerda. Inversamente, apostou-se conscientemente na mistificação e na manipulação, pressupondo que a historiografia e as ciências sociais em geral são saberes não científicos e pouco relevantes, que é legítimo e eficaz ignorar a respectiva produção quando se comunica sobre a Ditadura Militar, o salazarismo e o marcelismo.

Arriscando simplificar fenómenos mais complexos, dir-se-ia que as forças político-sociais de direita e de centro-direita, assim como os dirigentes políticos e outros oriundos desses quadrantes, apresentam o Estado Novo como ditadura moderada, necessária e desejada perante o fracasso da Primeira República, crescentemente desadequada a partir do pós-Segunda Guerra Mundial. Por sua vez, o Marcelismo teria consistido num esforço de democratização do regime e de descolonização negociada, indevidamente interrompido pelo Golpe Militar/Revolução de 25 de Abril de 1974. Caberia, assim, à “revolução” — inviabilizadora da “transição” — a responsabilidade pela “desagregação do Estado e da economia”, pelo abandono das “Províncias Ultramarinas”, pelo “excesso de direitos sociais” previstos na Constituição de 1976.

Quanto ao centro-esquerda e à esquerda, retratam os quarenta e oito anos de ditadura — autoritária e/ou totalitária — como solução política da iniciativa das “classes privilegiadas” e da Igreja Católica. Ter-se-ia mantido graças ao apoio das Forças Armadas e do sistema de “justiça política” (polícia, tribunais e locais de detenção; repressão preventiva e punitiva). Seria responsável pelo subdesenvolvimento da sociedade portuguesa, pela emigração e pelas guerras coloniais. Ao recusar negociar a transição para a democracia e a independência dos “territórios não autónomos” sob tutela lusa, forçou à adopção da via revolucionária e à concretização de uma descolonização “menos organizada”.

No que concerne aos sectores da extrema-esquerda, a Ditadura Militar e o Estado Novo decorreriam da recusa das forças políticas dominantes na Primeira República de reconhecer a importância do apoio das “classes trabalhadoras”, da vontade da “grande burguesia” e da Igreja Católica de imporem uma “ditadura terrorista”, da incapacidade das correntes “reformistas” (socialistas) e “revisionistas” (comunistas pró-soviéticas) de adoptarem as formas de organização e de luta adequadas. Maoistas,

trotskistas ou “católicos progressistas” teriam podido liderar “o povo” no derrube do salazarismo ou do marcelismo, na construção de uma sociedade socialista em Portugal e no apoio à estruturação de sociedades socialistas nas ex-colónias portuguesas<sup>8</sup>.

### **Consequências sociais da hegemonia do “presente contínuo”**

Sendo a democracia e o desenvolvimento soluções sociais globais precárias e reversíveis, interessa aos defensores do aprofundamento da primeira e da sustentabilidade do segundo reconhecer a importância do conhecimento objectivante acerca da realidade no atingir dos objectivos em causa. Muitas vezes de cariz científico ou tecnológico, relativas à natureza e às sociedades humanas; acedidas em versões muito estruturadas e complexas por outros especialistas ou em modalidades de divulgação por membros da comunidade em geral, as referidas leituras são, assim, decisivas para que um país possa, caso seja essa a vontade maioritária, aperfeiçoar o seu regime democrático e tornar mais elevados/menos reversíveis os seus níveis de desenvolvimento.

Caso se confirme o diagnóstico proposto neste texto sobre a forma como a sociedade portuguesa actual lida com os discursos historiográficos produzidos entre nós e no estrangeiro a propósito do Estado Novo (da época contemporânea em geral), como gere — mais ou menos conscientemente — a memória histórica correspondente, os prognósticos não podem deixar de ser sombrios. O desconhecimento e a hegemonia da cultura de massas — do “presente contínuo” —, a predisposição para aceitar e utilizar narrativas explícita e deliberadamente ideológicas (alienantes) redundam, quer numa limitada capacidade da historiografia e das tecnologias dela derivadas para contribuírem para o fortalecimento da democracia e do desenvolvimento sustentável, quer na desvalorização da utilidade social deste segmento do conhecimento científico e tecnológico.

É eventualmente possível elencar alguns sintomas da subutilização que fazemos da historiografia existente sobre o Estado Novo ou acerca da época contemporânea em geral. Referiria, em primeiro lugar, o elevado grau de absentismo em termos de participação política a nível local, regional, nacional e, sobretudo, da União Europeia; em períodos eleitorais e fora deles, nos partidos políticos e movimentos cívicos,

---

<sup>8</sup> Cfr., entre outros, B.S. Santos, 1989; G. Vattimo, 1987.



sindicatos e associações patronais. O baixo nível de exigência para com a actividade político-associativa, tanto no que concerne ao desempenho de eleitos para funções públicas, como às regras e condições efectivas de funcionamento de partidos políticos e movimentos cívicos, sindicatos e associações patronais.

Citaria, em terceiro lugar, a permissividade face a e o envolvimento generalizado em fenómenos de corrupção, nepotismo, autoritarismo e/ou incompetência no aparelho de Estado; a tolerância perante ou, mesmo, o elogio de práticas fraudulentas e de abuso de poder em organizações privadas e em famílias. Associado a estes comportamentos estaria o desconhecimento, por um lado, das consequências das práticas em causa na vida das pessoas e do país; por outro, da existência de alternativas e de sociedades onde as mesmas têm já um peso predominante (vejam-se, entre outros, os casos dos países escandinavos).

Lembraria, finalmente, a dificuldade em conhecer categorias interpretativas fundamentais — democracia, desenvolvimento, globalização ou integração, colonialismo e pós-colonialismo, multiculturalidade e multiculturalismo, monetarismo e keynesianismo, “Estado-Providência”, produtividade, etc. — e em compreender fenómenos sociais complexos que condicionam decisivamente o nosso presente como povo e como indivíduos: taxa de escolarização e de acesso à cultura erudita; especialização produtiva e níveis de desigualdade social; direitos e deveres perante o Estado; direitos sociais, paternalismo das elites e/ou do Estado e privilégios; relevância dos contextos europeu e mundial.

Pese embora a evolução verificada na opinião pública germânica pelo menos desde 2008 — o que não deixa de obrigar a reflectir sobre a eficácia no médio/longo prazos e em períodos de crise mesmo de estratégias desalienantes de relacionamento com o passado recente —, a República Federal Alemã (a partir dos anos de 1960) e, depois, a Alemanha reunificada constituiriam um bom exemplo de utilização operatória da historiografia objectivante que versava os períodos da República de Weimar e do Terceiro Reich: ensino, museologia, debates científico-cívicos, produção estética, conformação da memória histórica, etc. Algo de semelhante é possível afirmar relativamente a Espanha — década de 1990 e seguintes — no âmbito de processos de aplicação de modalidades de “justiça transicional”.

## Conclusão

Vivendo Portugal em democracia desde Abril de 1974, tendo o Estado Novo sido substituído através de um Golpe Militar/de uma Revolução — não de uma transição negociada pelas elites da ditadura — e verificando-se uma significativa modernização (desenvolvimento?) da nossa sociedade — em si mesma, no contexto da integração europeia e da globalização —, esperar-se-ia que a produção historiográfica e a evolução da memória histórica assegurassem a generalização de leituras objectivantes sobre o Estado Novo e acerca da época contemporânea em geral. Mau grado a precariedade do investimento nas ciências e tecnologias sociais, será correcto afirmar que a historiografia conseguiu superar parte do atraso imposto por décadas de ditadura e propor discursos plurais e no essencial científicos relativamente à Ditadura Militar, ao salazarismo e ao marcelismo.

Inesperadamente ou talvez não, múltiplos outros vectores influenciariam em sentido inverso, ou seja, bloqueariam o acesso alargado à actual produção historiográfica e análises operatórias sobre a Primeira República, a Ditadura Militar e o Estado Novo. Para além de baixos níveis de fruição da cultura erudita, contribuiriam para o referido insucesso a destruição ou o desaparecimento de muitos arquivos públicos, a degradação ou a proibição de consulta da generalidade dos arquivos privados. O próprio sistema de ensino apresentaria inúmeras limitações enquanto agente de divulgação sistemática e universal de discursos historiográficos acerca da história recente de Portugal.

Tecnologias particularmente eficazes na estruturação de memórias históricas e de identidades histórico-culturais, os museus e monumentos portugueses pouco têm abordado temáticas de história política em geral e de história do Estado Novo em particular. Por sua vez, a maioria dos *mass media* privilegiaria a venda de conteúdos de cultura de massas, nos quais as referências ao salazarismo ou ao marcelismo estão ausentes ou se transformam em narrativas revisionistas sob a capa do senso comum e do “mero entretenimento”. Quanto à cultura organizacional de instituições e organizações com algumas décadas de existência, optariam quase sempre por leituras negacionistas como forma de auto-desculpabilização e de “naturalização” das escolhas dos seus dirigentes e quadros intermédios.

Factor condicionante e resultado deste quase divórcio entre a sociedade portuguesa actual e a historiografia sobre a Primeira República e a Ditadura Militar, o salazarismo e o marcelismo, parte substancial do discurso político limita-se a instrumentalizar referências à história recente de Portugal de acordo com as suas próprias características ou necessidades estruturais ou conjunturais. Teríamos, assim, uma democracia mais superficial — porque menos consciente e empenhada —, um menor e mais precário desenvolvimento (ou uma profunda crise económica e social), uma disfuncional desvalorização da utilidade social da historiografia e das tecnologias dela derivadas.

### **Documentação e bibliografia**

- AMARO, António Rafael, "A cultura organizacional e o(s) poder(es) da história na estruturação da identidade de empresa", *Gestão e Desenvolvimento*, nº 2, 1993, p. 97-115.
- ANDRÉ, João Maria, *Multiculturalidade, identidades e mestiçagem*, Coimbra, Palimage, 2012.
- BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé, *As escolas históricas* (trad. do francês), Mem Martins, Publicações Europa-América, 1990.
- CATROGA, Fernando, *Memória, história e historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001.
- História*, II Série, nº 7, Abril de 1995, p. 4-49 ("Política de arquivos: crime sem castigo").
- HOBSBAWM, Eric, *A era dos extremos. História breve do século XX (1914-1991)* (trad. do inglês), Lisboa, Editorial Presença, 1996.
- Liberdade e cidadania. 100 anos portugueses. Catálogo*, Lisboa, PR, 1999.
- MENDES, José M. Amado, "Cultura de empresa: uma nova dinâmica organizacional", *Gestão e Desenvolvimento*, nº 1, 1992, p. 49-57.
- NUNES, João Paulo Avelãs, *A história económica e social na FLUC (1911-1974). O historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico*, Lisboa, IIE, 1995.

- NUNES, João Paulo Avelãs, “Ensino da história e exercício da cidadania. O exemplo da Revolução de 25 de Abril de 1974”, *O Ensino da História*, III Série, nº 15, Outubro de 1999, p. 13-19.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “Fontes de arquivo, arqueologia industrial mineira e desenvolvimento sustentável”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI, vol. II, 2003/2004, p. 159-176.
- NUNES, João Paulo Avelãs, “A “boa propaganda”, a “má propaganda” e o ensino da História”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIX, 2007, p. 165-182.
- NUNES, João Paulo Avelãs, *O Estado Novo e o volfrâmio (1933-1947)*, Coimbra, IUC, 2010.
- PAIS, José Machado, *Consciência histórica e identidade*, Oeiras, Celta Editora, 1999.
- Partido Comunista Português. 60 anos de luta ao serviço do povo e da pátria (1921-1981). Catálogo*, Lisboa, Edições Avante!, 1982.
- PINTO, António Costa, *O salazarismo e o fascismo europeu*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992.
- PINTO, António Costa (dir.), *Portugal contemporâneo* (trad. do inglês), Madrid, Edições Sequitur, 2000.
- RAPOSO, Luís, "Património cultural, poder político e aparelho de Estado", *Vértice*, II Série, nº 64, Janeiro/Fevereiro de 1995, p. 14-18.
- RAPOSO, Luís, "A política de património cultural da esquerda", *Ideias à Esquerda*, nº 2, Outubro de 2003, p. 49-53.
- Resistência. Da alternativa republicana à luta contra a ditadura (1891-1974). Catálogo*, Lisboa, CNCCR, 2010.
- Respublica (1820-1926). Cidadania e representação política em Portugal. Catálogo*, AR, 2010.
- ROBERTS, Martin (ed.), *After de wall. History teaching in Europe (1989-2003)*, Hamburgo, Koerber Foundation, 2004.
- ROSAS, Fernando (coord.), *O Estado Novo (1926-1974)*, MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, vol. 7.
- SANTOS, Boaventura Sousa, *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Porto, Edições Afrontamento, 1989.

- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos, "Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular, a cultura de massas)", *Análise Social*, nº 101/102, 1988, p. 689-702.
- SEN, Amartya, *Identidade e violência. A ilusão do destino* (trad. do inglês), Lisboa, Edições Tinta-da-China, 2007.
- VATTIMO, Gianni, *O fim da modernidade. Nihilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.
- VEGO, Peter (dir.), *The new museology*, Londres, Reaktion Books, 1989.
- Viva a República (1910-1926). Catálogo*, Lisboa, CNCCR, 2010.

**Título**

A memória histórica enquanto tecnologia. Estado Novo, desenvolvimento e democracia

**Resumo**

Visa-se, assim, no presente texto, analisar o modo como o Portugal actual se define e caracteriza tendo em conta a(s) memória(s) vigente(s) acerca do Estado Novo. Referem-se, para o efeito, a produção e a divulgação historiográficas; as políticas arquivísticas; os conteúdos programáticos de História nos Ensinos Básico, Secundário e Superior; as iniciativas expositivas/museológicas e patrimoniais relativas às décadas de 1930 a 1970; a gestão da identidade de algumas instituições e organizações particularmente significativas; a actividade da comunicação social enquanto meio(s) de divulgação de apreciações várias acerca do “fascismo luso”; o discurso político-ideológico. Pretende-se, ainda, comparar a forma como entre nós, em Espanha e na Alemanha tem sido construída a relação com a memória dos respectivos períodos ditatoriais.

**Palavras-chave:**

Memória histórica, tecnologia, Estado Novo, desenvolvimento, democracia

**Title**

Historical memory as technology. *Estado Novo*, development and democracy

**Abstract**

This paper envisages analysing how Portugal of today defines and characterises itself based on the current memories of the ‘New State’ regime (*Estado Novo*). For this the author will resort to the following resources: historiographical production and dissemination; archival policies; the syllabuses of History in elementary, secondary and higher education; exhibits/museum exhibitions and events regarding the decades from the 1930s to 1970s; identity management by some institutions and particularly relevant organisations; mass media as a means of divulging ideas about “Portuguese fascism”;

political-ideological discourse. It also seeks to compare how among ourselves, in Spain and in Germany relations with the memory of the relevant dictatorial periods have been construed.

**Key-words:**

Historical memory, technology, New State regime, development, democracy